

**Artigos**



# O DEZOITO: UM GOLPE E SUA DECIFRAÇÃO (PARA UMA CRÍTICA DA POLÍTICA)<sup>1</sup>

Edmundo Fernandes Dias<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo é uma análise do golpe de estado de Luis Bonaparte. Tratamos nele das relações entre economia, política, instituições e ideologias. Marx trabalha nesta análise concreta de uma situação concreta o desenvolvimento da institucionalidade burguesa na França e como o desenvolvimento das lutas de classe constituem as formas políticas. Trata-se de uma análise que recusa o determinismo e escapa de uma visão da história como conjunto de eventos. Contra as análises que afirmavam o golpe como produto de um raio caindo sob um céu azul, como pura irracionalidade, Marx afirma o princípio da totalidade.

**Palavras chaves:** Classes Sociais, História, Ideologia, Política.

**Abstract:** This article analyses Louis Bonaparte coup d'état. We will threat here the relation between economy, politics, institutions and ideologies. Marx works in this concrete analysis of a concrete situation: the bourgeoisie institutionality development in France and how the class struggle development compose (constitute) the politic formes. This is an analysis that refuses the determinism and escapes of a vision of History as a set of events. Against all analysis that declares the coup as a product of a ray falling under a blue sky, as a pure irrationality, Marx declares the principle of totality.

**Key Words:** Social Class, History, Ideology, Politics.

Hegel nota em uma passagem das suas obras<sup>3</sup> que todos os grandes fatos ou grandes personagens da história universal apresentam-se, por assim dizer, duas vezes. Esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda vez como farsa. (107)

Esta citação é mais do que uma epígrafe. É um programa. E para ser compreendida na sua riqueza deve ser acompanhada por outra: "Os homens fazem a própria história, mas não o fazem de modo arbitrário, nas circunstâncias por eles mesmos escolhidas, mas nas circunstâncias que encontram imediatamente diante de si, determinadas pelos fatos e pelas tradições". (*ibidem*) Nosso artigo pretende trabalhar para a eliminação de um

---

1 Para nossa leitura estaremos usando a edição italiana das *Opere* de Marx e Engels, vol. XI (1851-1853), Editori Riuniti, Roma, 1982.

2 Professor aposentado da Universidade Estadual de Campinas – SP- UNICAMP

3 Engels em carta a Marx, 3 de dezembro de 1851, localiza aquela passagem na *Vorlesungen über die Philosophie der Geschichte*, 3ª parte, nota 59, p. 664 da edição italiana.

dos maiores entraves vivido pelo pensamento que veio, ao longo do tempo, se reivindicando marxista e, a um só tempo, demonstrar que a acusação de determinismo foi, e é, uma falácia ideológica comprometida com a eliminação de qualquer programa anti-capitalista.

*O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*, de Marx, é uma teoria da crise, mesmo que tal caracterização sequer seja mencionada. A teoria marxiana a partir dos conceitos de crítica, de totalidade estruturada e contraditória, das classes e de suas lutas, tornou possível a demonstração da ligação entre os diversos momentos da historicidade da formação social francesa e do modo pelo qual as formas político-ideológicas anteriores se articularam decisivamente no processo de transformação vivido pelas classes e forças sociais no arco do tempo histórico da Revolução de 1848 ao golpe de estado de 1851. *Em síntese ela tornou possível a construção da compreensão daquela racionalidade histórica, do modo pelo qual as estruturas se atualizam nas conjunturas e como foi possível a materialização do capitalismo. A luta de classes não é uma lei meta-histórica, mas o laboratório vivo e atuante das racionalidades classistas em luta.*

Para construir a racionalidade do *kairos*, momento histórico atual do *chronos* multi-secular daquela totalidade social, a análise da ação das direções foi um dos elementos essenciais. A relação direção-massa das diversas classes e sua localização concreta na conjuntura analisada não é um “dado” entre outros para falar das vitórias ou derrotas das forças em presença. Marx demonstrou, é decisivo afirmá-lo, que não existe uma mecanicidade entre relações sociais e movimento das classes. Estas não são *efeitos da estrutura*, mas, pelo contrário, criadoras e criaturas de suas historicidades, concepções de mundo, projetos de hegemonia.

*O Dezoito Brumário* é uma das mais brilhantes análises da política: das instituições às formas ideológicas, do movimento das classes ao papel das direções e das possibilidades de sua intervenção. Reduzí-lo à análise, particular, de um golpe de estado é negar o passo decisivo da construção da racionalidade das classes e forças em presença, da história. É negar o caráter seminal desta obra para a compreensão da sociedade capitalista em construção.

Marx trabalhou agudamente a diferença dos tempos e das práticas da construção da sociabilidade burguesa. Para analisar as formas e tendências do capitalismo revolucionando as relações materiais de produção ele analisou a Inglaterra como *locus* privilegiado. Já a formação social francesa foi o *locus* clássico do *modo de fazer política da burguesia*. Ele jamais tratou essas formas como modelos, como leis meta-históricas a que todos os demais países estariam condenados a seguir<sup>4</sup>.

4 Curiosa e sintomaticamente os liberais que o acusam de determinista procederam de modo inverso. Nos anos 60 do século passado W. W. Rostow em uma obra de grande divulgação fazia comparações entre os indicadores da economia americana e a dos países “em

Marx pode determinar, a partir do desenvolvimento das tendências e contra-tendências do capitalismo vividas pelas classes e forças sociais em luta – abertas ou não – as leis de movimento dessa sociabilidade na sua historicidade concreta, nacional e internacional. Esse é o significado da tese marxiana segundo a qual “a anatomia do homem explica a anatomia do macaco”. O determinismo, presente em uma imensidade de textos que se proclamam marxistas, é precisa e permanentemente a absorção e reprodução pelos dominados da teoria dos dominantes, a condição de exclusão da possibilidade de eliminação da contradição entre dominantes e dominados, governantes e governados. A transformação revolucionária do real passa necessariamente pela crítica do determinismo, pela “análise concreta de situações concretas”. O capitalismo não decorre, teleologicamente, do feudalismo, nem de nenhuma “natureza humana”, mercado ou o que queiram os liberais e os economicistas “históricos” (deterministas econômicos).

Marx demonstrou metodologicamente a falsidade dos argumentos da “necessária distância histórica” para que se possa analisar o real e como a análise crítica interfere nele. Essa “necessidade” é uma visão claramente positivista e nega aos dominados a capacidade de intervenção consciente no real que não é uma fatalidade, mas uma construção.

O procedimento heurístico dos *loci* inglês e francês para a constituição da análise marxiana foi apontado por Engels: “A França é o país no qual as lutas de classe da história foram travadas até a solução decisiva mais do que em qualquer outro lugar; e, no qual mesmo as mutáveis formas políticas no interior das quais elas se movem e nas quais se resumem seus resultados, tomando os contornos mais claros. Centro do feudalismo na Idade Média, país clássico, desde o Renascimento, da monarquia unitária de poderes limitados, a França com a sua grande Revolução, destruiu o feudalismo e fundou o puro domínio da burguesia na forma clássica como nenhum outro país europeu. Mesmo a luta do proletariado em ascensão contra a burguesia dominante assume aqui uma forma aguda, desconhecida em outras partes. Tal é o motivo pelo qual Marx, não apenas estudava com especial predileção a história passada da França, mas tinha também seguido em todas as suas particularidades a história atual, tinha recolhido o material a utilizar em seguida e, por isso nunca foi surpreendido pelos acontecimentos” (617).

---

desenvolvimento” ou subdesenvolvidos. A própria linguagem indicava a imutabilidade do caminho. Hoje a imposição imperial dos organismos internacionais e a destruição do dito sistema socialista (que, aliás, longe esteve de sê-lo) torna essa “imutabilidade” a negação da história como laboratório social da criação de uma nova sociabilidade e a forma precisa da “captura da subjetividade do antagonista”. A fatalidade do socialismo é ideológica, a do capitalismo é expressão da... “verdade”!

## O PESO DAS IDEOLOGIAS: TRADIÇÕES E CONSTRUÇÃO REVOLUCIONÁRIA

Uma das questões fundamentais na análise marxiana é a da ideologia. Muitos a identificam com falsa consciência. Marx, já nos *Anais Franco-Alemães*<sup>5</sup>, analisou-a como poderosa articuladora do processo histórico. Em *A Ideologia Alemã* Marx e Engels demonstraram a tese da diferença entre essência e aparência, construindo ainda que embrionariamente a relação entre formas políticas e relações de produção<sup>6</sup>. A metáfora da câmera fotográfica e seu duplo jogo de lentes irá “permitir” a leitura da ideologia como sendo mera inversão do real. Completeemos o processo fotográfico: a primeira lente capta o real de forma invertida, cabendo à segunda fazer a inversão da inversão; revelando a imagem real. Ideologia, teoria, linguagem, todas grávidas da materialidade, estão presentes nesse processo. Ademais é bom lembrar que após *A Ideologia Alemã* todo um imenso conjunto de livros, artigos, análises concretas de situações concretas demonstra a falsidade da tese da ideologia como falsa consciência<sup>7</sup> ou pura manipulação (“fazer a cabeça”).

Nas análises e produções marxianas fica absolutamente claro que o real não é translúcido aos sujeitos-classes que nele atuam<sup>8</sup>. Aceitar a idéia da ideologia como falsa consciência traz consigo a idéia de que ela é uma construção puramente consciente e que os dominantes são imunes à ela e que sua construção pelos seus intelectuais geram “mentiras”. Esquecem de considerar que esse “fazer a cabeça dos dominados” é, no entanto, o princípio ativo dos dominantes. Elas são, na prática, a forma material da chamada *natureza humana* e, assim, buscam tornar os dominados inteiramente passivos, incapazes de tornar-se sujeitos revolucionários. Para usar uma expressão gramsciana isto é, nada mais, nada menos, que a “teoria da inércia do proletariado”.<sup>9</sup> É esse combate que dá significado e sentido à teoria e à prática dos intelectuais, no sentido gramsciano, isto é, das direções. Isto será demonstrado exemplarmente em *O Dezoito Brumário*.

5 Ver o meu artigo “Dinheiro, fetichismo e política: l’homme e le citoyen: o debate nos Anais Franco-Alemães” publicado em *Novos Rumos*, nº 47, janeiro-março de 2007.

6 Nunca será demasiado sublinhar o alcance revolucionário desta obra que Marx e Engels não chegaram a publicar e que o primeiro afirmou deveria “ter sido deixada à crítica roedora dos ratos”.

7 O pressuposto da “falsa consciência” é a da existência de uma verdade fora da história. Lukács dá um belo exemplo disso em “A Mudança de função do materialismo histórico”, in *Histoire et Science de Classe*. Sobre isso ver meu artigo “Racionalidade e História no Jovem Lukács”, *Textos SEAF*, nº 5, Curitiba, 1985. Apesar da importância desta obra seminal de Lukács esta afirmação pouco tem a ver com as *démarches* marxianas.

8 Usamos translúcido ao invés da fórmula clássica de transparência. Exatamente porque só podemos falar de transparência quando o problema está na realidade oculto. O uso de transparência pelo senso comum, mesmo que aceito por intelectuais renomados, oculta a propriedade da translucidez.

9 “La critica critica”, *Il Grido del Popolo*, 12-1-1918, republicado em *La Città Futura*, Giulio Einaudi Editore, Torino, 1981, p. 555.

A história não está dissociada, cindida, nem das formas político-ideológicas anteriores, nem daquelas que as classes, frações de classe e forças sociais elaboram para dar sentido e direção a si mesmas. Obviamente isto não pode ser referido apenas à ação dos dominantes. É algo radicalmente decisivo para os dominados sem o que estes permaneceriam prisioneiros porque se pensariam e atuariam nos quadros da racionalidade dos que mandam. Processo que temos caracterizado como *captura da subjetividade antagonista*. Lembremos que já em *A Ideologia Alemã* Marx e Engels afirmaram que quem comanda o processo de produção material comanda também a produção ideológica<sup>10</sup>. A criação dos intelectuais da classe – as direções no sentido gramsciano – permitirá a intervenção classista como projeto e não como fatalidade.

*Fazer política é sempre ler o real e atuar nele.* O pensamento revolucionário, que se propõe construir a nova sociabilidade, se quer transformar-se em universalidade tem que anunciar sua novidade no conjunto da história da formação social. *As experiências históricas de revolução social trabalharam com a necessidade de, a um só tempo, construir a inteligibilidade do passado e inventar o futuro.* O pensamento revolucionário se distingue das formas de representação e intervenção dos seus adversários pela capacidade de ler o passado para poder aprender com ele as questões constitutivas do real; como *laboratório de alternativas* e não como algo, fixo e fixado para sempre, como embate de projetos e não como biografia dos vencedores.

Marx analisando o período que vai da Revolução de 48 ao golpe de 51 mostra essa articulação. Afirma comentando a movimentação da burguesia: a “ressurreição dos mortos servia, naquelas revoluções, concretamente, para engrandecer as novas lutas e não para parodiar as antigas, para exagerar na imaginação as tarefas que se colocavam, não para fugir à sua realização, para reencontrar o espírito da revolução e não para colocar em circulação seu fantasma” (108-109). É o “novo” lendo ideologicamente o velho. A “invenção” das tradições é uma forma segura de legitimação do novo, de um novo que não é uma ruptura radical<sup>11</sup>. Veja-se a precisão da análise: a ideologia (vista aqui como a análise do passado) é o que prepara, dá sentido e potencia a ação do presente. O subjetivo ainda não se tornou objetividade concreta. Não é uma consciência adjudicada, mas um procedimento heurístico ainda que a massa da classe não perceba essa *démarche*.

10 Sobre isso ver Raul Mordenti, “*Homo faber*: para uma antropologia filosófica gramsciana”, em publicação pela *Revista Outubro* e o artigo de Néstor Kohan. “*Gramsci e Marx: Hegemonia e poder na teoria marxista*”, in *La Izquierda debate*, 17 de março de 2001. Edição brasileira: *Revista Tempos Históricos*, Unioeste, v. 9, n. 2, 2007.

11 Seria relevante o aprofundamento da diferença entre modernidade e modernização dois momentos da sociabilidade burguesa. Os limites deste texto, contudo, não o permitem.

O processo de revolução social não é uma apropriação neutra e linear do passado. A cena histórica é complexa e mediada pela organicidade das forças em presença. O “exército” burguês ainda que diferenciado nas suas frações (agrária, financeira e industrial além das diversas formas ideológicas como, por exemplo, os “republicanos puros”) apesar de suas contradições inter-classistas guarda uma unidade frente as diferentes classes e forças sociais antagônicas (que vão do campesinato aos artesãos passando pelos *sans coulotes*). A figura histórico-original do operariado estava em lento processo de constituição. Forças que também mantêm contradições entre si, sem ter o poder das classes dominantes.

Referindo-se ao processo revolucionário do século XIX, à luta dos dominados, Marx afirmou, com grande perspicácia, que este “não pode tirar sua própria poesia do passado, mas apenas do futuro. Não pode começar consigo mesma antes de ter liquidado toda superstição em relação ao passado” (109-110). Não há possibilidade de nenhum acordo intersubjetivo entre as classes, suas direções e seus projetos sem que estas percam suas historicidades, suas identidades. A lógica da ação comunicativa não cabe, nem aqui e nem em nenhum momento da luta de classes, não há universo argumentativo comum possível. Diferente do momento histórico da afirmação do mundo burguês onde suas revoluções caminhavam “avassaladoramente de êxito em êxito” (110) e afirmavam orgulhosamente sua capacidade de dominar o mundo e a história, onde suas ideologias pareciam ter o poder de constituir sem contraste a nova ordem, sem opositores capazes de batê-las, as “revoluções proletárias, pelo contrário, como as do século XIX, criticam constantemente a si mesmas; interrompem a cada instante o seu próprio curso, voltam sobre o que já parecia realizado para recomeçar; burlam-se impiedosamente e sem meias medidas, das indecisões, das fraquezas, e das misérias de suas primeiras tentativas; parecem que só abatem o adversário para que este tire da terra novas forças e se reerga mais formidável frente a elas; retraem-se continuamente diante da imensidade infinita de suas próprias metas, até que se crie a situação em que isso é tornado impossível” (110-111).

O procedimento prático-teórico burguês é o da legitimação presente de um passado, real ou imaginário, uma forma de destino manifesto. A natureza humana tem no capitalismo o seu meio, na burguesia o seu agente. O procedimento dos revolucionários, dos militantes do “futuro”, da nova sociabilidade, da sociedade sem classes e antagonismos requer necessariamente a *decifração, a ruptura, ou seja, a desconstrução do atual*. O que, de forma alguma, significa fazer uma terra arrasada de todo o universo cultural produzido historicamente.

Ao investigar a conjuntura de um golpe de estado Marx mostrou como a análise da realidade repudia o determinismo. Nada de simplificações mítico-românticas, de enfrentamentos de exércitos classistas em uma planície sem



relevo. A caracterização da crise revolucionária de fevereiro indica quem são os personagens, sua historicidade diferenciada, seus tempos de constituição, suas relações com as estruturas de poder empiricamente existentes, como se movem, suas aparentes certezas, suas dificuldades reais: “em nenhum outro período nos encontramos com uma mescla mais variada de frases elevadas e de insegurança e desamparo reais, de aspirações mais entusiastas de renovação e do domínio mais sólido da velha rotina, da mais aparente harmonia de toda a sociedade e de um profundo antagonismo entre seus elementos. Enquanto o proletariado de Paris se inebriava ainda na visão da grande perspectiva que se abria e se entregava às graves discussões sobre os problemas sociais, as velhas potências da sociedade tinham se reagrupado, reunido e posto de acordo e encontraram um apoio inesperado na grande massa da nação, nos camponeses e nos pequeno-burgueses, os quais uma vez caídas as barreiras da monarquia de julho tinham-se precipitado bruscamente na cena política” (113). Faltava uma direção autônoma em relação às demais forças.

A toupeira social democrática forçou a ruptura dos diques e trouxe para a cena histórica classes até então passivas. É nesse quadro que a ação se explicita. Marx mostra como uma classe pode dirigir outras e levá-las à derrota. A insurreição de junho de 1848 foi uma clara demonstração dessa afirmação. O proletariado se defronta contra a imensa maioria das forças em presença: mais de 3 mil insurretos mortos e 15 mil deportados sem julgamento. “Esta derrota lança o proletariado para o *fundo da cena* revolucionária. Ele busca pôr-se novamente a caminho cada vez que o movimento parece retomar o impulso, mas, cada vez mais, com uma energia reduzida e um resultado menor. Tão logo quanto uma das camadas sociais acima dele entra em fermentação revolucionária, o proletariado estabelece uma aliança com ela e comparte todas as derrotas que sofrem uma após outra os diferentes partidos. Mas estes golpes sucessivos se enfraquecem mais e mais na medida em que eles se repartem sobre toda a superfície da sociedade” (114).

A combatividade sem capacidade diretiva favorece a derrota. A escolha de aliados, dependendo da possibilidade ou não de articulação de objetivos vai na mesma direção. Enquanto os oprimidos jogavam sua vida nesse processo, a direção social democrata defendia princípios abstratos. Após a derrota os principais chefes na Assembléia Nacional e na imprensa, foram entregues aos tribunais e substituídos por caricaturas cada vez mais inexpressivas. Com uma direção incapaz de compreender o real o operariado assiste mais do que atua. Refugiavam-se em questões menores, distantes da centralidade da crise, tornando sua ação confusa e impotente: “*Em parte ele se entrega a experimentos doutrinários, bancos de cambio e associações operárias, isto é, em um movimento no qual renuncia a transformar o velho mundo, com a*

*ajuda de todos os grandes recursos que lhes são próprios e busca muito mais conseguir a própria emancipação, por assim dizer, pelas costas da sociedade, de modo privado, nos limites das suas mesquinhas condições de existência e, desse modo, fracassa necessariamente” (114).*

Submetidos à direção de outra classe ou de outras frações de classe, pautados por elas, o proletariado perde seu projeto, “renunciou” à sua autonomia, às suas tarefas e tentou realizá-las a partir das ideologias daquelas classes e frações que terminaram por abandoná-lo a si mesmo. *Pautados perderam sua identidade classista. Tornavam-se atores de um processo, não seus autores. Impossibilitavam-se de transformarem-se de objetos em sujeitos históricos*<sup>12</sup>.

## AS FORÇAS EM PRESENÇA

O cenário da crise indicou a consolidação da burguesia e de suas instituições. A “derrota dos insurretos de Junho havia, na verdade, preparado, aplainado, o terreno sobre o qual podia ser fundada e estabelecida a república burguesa” (115). Essa consolidação, contrariamente ao que a direção burguesa pensava e elaborava, não se reduz às formas institucionais. República versus Monarquia não era a questão central. A nova ordem burguesa requeria, e a massa da classe o sinalizaria ao enfrentar-se com sua própria direção, solução para seus problemas que residem no cotidiano do domínio e não na sua aparência. Esse tipo de leitura – a da forma e não do conteúdo – levou muitas vezes a enfrentamentos entre frações burguesas propiciando algumas brechas para a ação dos subalternos.

O processo mostrou que “*república burguesa* significava aqui o despotismo absoluto de uma classe sobre as outras classes. Havia provado que, em países de velha civilização, toda uma avançada estrutura de classe, com condições de produção modernas e uma consciência espiritual, na qual todas as idéias tradicionais tinham sido dissolvidas por um trabalho secular<sup>13</sup>, *a república não é, senão, em geral, a forma política da subversão da sociedade burguesa, mas não a forma da sua conservação*, como ocorre, por exemplo, nos Estados Unidos da América, onde as classes já constituídas mas não estão ainda fixadas e em um fluxo contínuo modificam suas partes constitutivas;

12 É corrente nas ciências sociais burguesas – uma das formas de racionalidade de classe – falar em atores sociais. Ator é quem interpreta o *script* do outro, dos intelectuais das classes dominantes. Autor, pelo contrário, é quem traça a estratégia da ação.

13 Analisando o ponto de partida da cultura da ordem burguesa Gramsci afirmou ter sido a crítica radical à ordem “natural” feudal feita por “um exército invisível de livros, de opúsculos (...) que prepararam homens e instituições para a revolução necessária”, “Socialismo e cultura”, *Il Grido del Popolo*, 29-1-1916, Republicada em *Cronache Torinesi (1913-1917)*, organizada por Sergio Caprioglio, Giulio Einaudi Editore, Torino. 1980, p. 100.

onde os modernos meios de produção, em lugar de corresponder a um excesso de superpopulação estagnante<sup>14</sup>, compensam a falta relativa de cabeças e braços, e onde, enfim, o impulso juvenilmente febril da produção material, que deve conquistar um mundo novo, não teve tempo nem oportunidade para eliminar o antigo mundo espectral" (*idem*).

Marx demonstrou que a forma institucional do regime era um falso problema visto que a república, como forma, nada tinha, necessariamente, de subversivo ou popular. Ele indicou com clareza a diferença entre o grau de desenvolvimento das relações capitalistas e das diversas classes. O texto assume a feição de uma análise comparativa: Estados Unidos/Europa. Elementos constitutivos: as novas forças produtivas, maturidade das classes... Tudo compreendido na perspectiva da totalidade. Podemos ver aqui alguns elementos que Gramsci trabalhará na caracterização do americanismo, não como excepcionalidade, mas como particularidade. Não se trata apenas da relação Europa (Inglaterra)/América (Estados Unidos), mas é elemento diferencial no interior da própria Europa: por exemplo, Inglaterra / Itália, no que se refere à análise gramsciana.

Marx trabalha a especificidade das formas políticas na concretude das formações sociais, longe de qualquer determinismo. Pelo contrário trata-se de uma reflexão sobre a relação entre forma institucional e relações materiais de produção. Veremos, mais adiante, como a massa da classe burguesa ao opor-se às suas direções, realizou, ainda que inconscientemente, esse debate. E exigiu a redefinição da ação de suas direções para não pôr em risco sua dominação. Ela não estava interessada nas questões da institucionalidade, mas na possibilidade concreta do exercício de seu poder; aquelas deveriam ser adequadas à este.

O jogo é mais rico do que aparenta. As classes formam seus representantes e estes muitas vezes ganham uma autonomia política que os deterministas não conseguem explicar. A luta política não se reduz apenas às classes, dela participam também frações das classes e forças sociais (a burocracia, por exemplo). Sob a monarquia de Luís Filipe a fração republicana burguesa era a oposição oficial republicana. Representava-se nas câmaras e na imprensa como o jornal *National*. O caráter da fração republicana burguesa, decisiva em um primeiro momento, é fundamental para entendermos sua intervenção política: "Não é uma fração da burguesia reunida por grandes interesses comuns e separada por condições particulares de produção. Tratava-se muito mais de uma malta de burgueses, escritores, advogados, oficiais e funcionários de convicções republicanas, cuja influencia se baseava nas antipatias pessoais do país em relação a Luís Filipe, na lembrança da velha República, na fé

---

14 Grifos nossos. Essa problemática da superpopulação estagnante será desenvolvida em *O Capital*. Ver a questão do "exército industrial de reserva".

republicana de certo número de sonhadores e sobretudo no *nacionalismo francês*, que mantêm conscienciosamente o ódio contra os Tratados de Viena e a aliança com a Inglaterra” (117). Assumiram o generalato dos diferentes opositores pelo vazio de outras direções.

As formas ideológicas, o modo de ler e constituir o real, são decisivas nesse processo. Na sua autonomia relativa aquela fração interferiu no jogo político assumindo a defesa da fração burguesa industrial contra a aristocracia financeira. A burguesia industrial estava agradecida especialmente àquela fração pelo papel que desempenhava com “suas odiosas denúncias contra o comunismo e o socialismo” (*idem*).

A análise da lógica dos acontecimentos e o desvelamento das contradições políticas formam um todo. “Estes republicanos puros, como convém aos puros republicanos, estavam já a ponto de contentar-se com uma regência da Duquesa de Orleans, quando explodiu a revolução de Fevereiro que deu um posto no governo provisório aos seus representantes mais conhecidos. Naturalmente estes gozavam, de antemão, a confiança da burguesia e da maioria na Assembléia nacional constituinte. Da Comissão executiva formada pela Assembléia nacional constituinte desde a sua primeira reunião foram imediatamente excluídos os elementos *socialistas* do governo provisório, e o partido do *National* se aproveitou da insurreição de Junho para dissolver igualmente a comissão executiva e assim se desembaraçar dos seus rivais mais próximos: os republicanos pequeno-burgueses ou republicanos democratas (Ledru-Rolin, etc.)” (117-118).

Em jogo não estavam apenas as classes em sua forma estrutural e seus interesses materiais gerais, mas a pequena política dos seus representantes. Não queremos com isto negar o papel das frações industrial, financeira e agrária da burguesia. Ressaltamos que, na cena política, essa presença se fez pela mediação dos seus representantes ocasionais, não orgânicos. E que a unidade dos contraditórios, no interior da burguesia, estava condicionada pelo ódio comum aos subalternos. Neste período aqueles representantes comandam a cena, exatamente por serem os *generais possíveis* quando os comandantes anteriores não podiam mais chefiar. A coesão ideológica, aqui a recusa de qualquer movimento dos subalternos vistos como subversivos por natureza, concedeu a figuras públicas, que não comandavam a estrutura real, a possibilidade e os quinze minutos de fama até que os verdadeiros comandantes reaparecessem. Mas só o poderiam fazer porque expressavam ideologicamente o ódio, o medo e o desprezo da classe burguesa em face do conjunto da nação, sejam proletários ou camponeses. A “paz social”, obviamente antipopular, cobrou seu preço: a dominação deste setor sobre as formas institucionais. A crise inter e intraburguesa realizou-se essencialmente no interior das suas frações. O choque dessas frações especificou as formas

dessa crise produzida pela diferença dos seus interesses a curto, médio e longo prazo e da resistência das classes em presença.

## A POLÍTICA E AS INSTITUIÇÕES... OU COMO JOGAR O JOGO

A Constituição saída das lutas de 48 e suas implicações na vida francesa revelam que ela “não era, no fundo, senão uma edição republicana da Carta Constitucional de 1830. O sistema censitário restrito da monarquia de Julho, que excluía a uma grande parte da própria burguesia do poder político, era incompatível com a existência da República burguesa. A revolução de fevereiro havia proclamado imediatamente o sufrágio universal e direto no lugar daquele censo. Os republicanos burgueses não podiam suprimi-lo. Tiveram que se contentar com acrescentar a cláusula restritiva da obrigação de um domicílio de seis meses na circunscrição eleitoral. Conservava-se a antiga organização administrativa municipal, judicial, militar, etc., e aí onde a Constituição as modificou, essas modificações referiam apenas sobre o título dos capítulos, mas não sobre o conteúdo; sobre o nome e não sobre a coisa” (118).

As altissonantes frases democráticas, vistas por Marx como o “inevitável Estado Maior das liberdades de 1848” (*idem*) - a liberdade individual, de imprensa, de palavra, de associação, de reunião, de ensino, de culto, etc., - são afirmadas. “Cada uma dessas liberdades foi proclamada como um direito *absoluto* do cidadão francês, mas com a constante nota marginal de que eram ilimitadas na medida em que não se chocassem com os ‘*direitos iguais de outros e a segurança pública*’, ou por leis que tinham precisamente a tarefa de garantir essa harmonia” (*idem*). A liberdade positiva era impedida pela liberdade negativa, problemática já tratada por Marx nos *Anais Franco-Alemães*.

O procedimento é claro: produto momentâneo da posição privilegiada dos “revolucionários” de 48, a constituição, foi transformada e aniquilada pelas forças da ordem, ao longo do período que vai de sua elaboração ao golpe de estado, via o uso das leis de regulamentação (“na forma da lei”), negando expressamente as teses e as classes que pareciam vitoriosas em fevereiro. *Negava-se o espírito, celebrava-se a letra*. Para a burguesia essa constituição gerava o que hoje a análise política conservadora chama de ingovernabilidade: a velha reclamação da falta de liberdade absoluta para os dominantes.

Todos os problemas são remetidos para “futuras leis *orgânicas* destinadas a precisar estas notas marginais, regulamentar o gozo destas liberdades absolutas, de tal modo que não se choquem entre si, nem ofendam a segurança pública. As leis orgânicas foram elaboradas em seguida pelos amigos da Ordem e todas aquelas liberdades foram regulamentadas de tal modo que a burguesia, no gozo delas, não se chocasse com os direitos iguais das outras classes sociedade” (119).

A regulamentação da lei contradita, nega e subtrai o que era concedido expressamente no texto constitucional: “na proposição geral, a liberdade; na nota marginal a supressão desta liberdade (...) o nome liberdade foi respeitado (...) só foi interditada sua verdadeira realização, pelas vias legais, é claro, a existência constitucional da liberdade permanece inteira, intacta, por mais que sua existência *real* fosse totalmente aniquilada” (*idem*). Esse jogo entre universalidade da forma e restrição na regulamentação é a forma privilegiada de conceder negando.

Para além dessas questões mais fáceis de resolver a Constituição consagrava no seu seio uma contradição explosiva. Dissociava povo de nação, representação parlamentar de poder executivo e, a um só tempo, dava a este um poder aparentemente inócuo. “De um lado, 750 representantes do povo, eleitos por sufrágio universal e reelegíveis, constituem uma Assembléia nacional incontrolável, indissolúvel, indivisível, que goza de onipotência legislativa, decide em última instancia sobre a guerra, a paz e os tratados comerciais, única a possuir o direito de anistia e, sendo permanente, ocupa continuamente a ribalta da cena política. Do outro lado, o presidente, com todos os atributos do poder executivo, com a faculdade de nomear e demitir a seus ministros, independentemente da Assembléia Nacional, com todos os meios do poder executivo em suas mãos, com a faculdade de dispor de todos os empregos e de decidir na França sobre a existência de pelo menos milhão e meio de pessoas pois tal é o número de todos aqueles que dependem dos 500.000 funcionários e oficiais de todos os graus. Tem sob suas ordens todas as forças armadas. Goza do privilégio de indultar individualmente alguns criminosos, de suspender os guardas nacionais, de dissolver, de acordo com o Conselho do Estado, os Conselhos gerais, cantonais e municipais eleitos pelos próprios cidadãos. A iniciativa e a direção de todas as negociações com o estrangeiro lhe são reservadas. Enquanto a Assembléia permanece constantemente na cena, exposta à crítica e à indiscreta luz do dia, o presidente conduz uma existência retirada nos Campos Elíseos, tendo constantemente diante dos olhos e no seu coração o artigo da 45 da Constituição, que lhe grita todos os dias: *frère, il faut mourir!* Teu poder cessa no segundo domingo do lindo mês de maio, no quarto ano da tua eleição!” (120-121).

As contradições se expressavam no Parlamento e o Executivo atuava na sombra confortável dos gabinetes. O poder parecia estar exatamente onde não estava. Na realidade o poder Executivo tinha de fato o comando do jogo político. Sua aparente inocuidade lhe concedia impunidade e evitava o desgaste resultante dos choques e contradições entre as frações dominantes e destas contra a massa da nação. A contradição constitucional se colocava com toda clareza: “os parágrafos 45 a 70 da Constituição são formulados de tal modo que a Assembléia nacional pode constitucionalmente depor o presidente, enquanto o presidente pode desvencilhar-se da Assembléia nacional apenas

indo contra a Constituição, apenas suprimindo a própria Constituição” (120).

A cisão entre as representações políticas da nação (o presidente) e das particularidades locais (os deputados) produziu efeitos devastadores em médio prazo: “Enquanto os sufrágios da França se dispersam nos 750 membros da Assembléia nacional, se concentram, ao contrário, sobre um único indivíduo. Enquanto cada um dos representantes do povo só representa a este ou aquele partido, a esta ou aquela cidade, (...) ou mesmo à simples necessidade de eleger a alguém que faça o numero dos 750, (...) ele [o presidente] é o eleito da nação, e sua eleição é a grande cartada que o povo soberano joga uma vez a cada quatro anos. A Assembléia nacional eleita está unida à Nação por uma relação metafísica, o presidente eleito está unido à ela por uma relação pessoal. A Assembléia nacional representa sem dúvida, em seus diferentes membros, os aspectos múltiplos do espírito nacional, mas é no presidente que este espírito se encarna. Ele possui frente à Assembléia uma espécie de direito divino; ele é pela graça do povo” (120-121).

Trabalhemos a idéia da Assembléia Nacional unida à Nação por uma relação metafísica e a do presidente por uma relação pessoal. Essa diferenciação é fundamental. A Assembléia tem a visibilidade, e os desgastes. O presidente (relação direta, concreta), portador real da idéia de unidade nacional dispõe dos meios concretos. Ele é o poder armado, ela o poder desarmado. A nação sou eu, dizia Bonaparte em declarado plágio ao clássico “*L’État c’est moi*”. A cisão entre Legislativo-Executivo foi, permanentemente, fonte de corrupção política.

Essa dualidade de representação no interior da formação social reflete as diferenças internas das frações burguesas e entre estas e as classes subalternas. Esta contradição não é uma particularidade francesa do período. Em quase todos os países onde a estrutura de classes apresenta uma extrema debilidade dos subalternos ela é uma forma sempre presente. Na realidade isto permite aos dominantes fazer o jogo “democrático” e, ao mesmo tempo, apresentar-se como governo dos competentes, independente e muito frequentemente contra a vontade expressa dos seus eleitores.

A vitória eleitoral de Bonaparte podia ser reivindicada por quase toda a sociedade. Obviamente cada uma das classes e forças sociais em presença fazia a sua leitura: “ela foi uma *reação dos camponeses*, que tinham tido que pagar os custos da revolução de fevereiro, contra as outras classes da nação, uma *reação do campo contra a cidade*. Ela foi bem acolhida pelo exército, ao qual os republicanos do *National* não tinham dado nem glória nem vantagens; pela grande burguesia, que saudou Bonaparte como a ponte de transição à monarquia; e pelos proletários e os pequeno-burgueses, que viram nele o homem que castigaria Cavaignac” (124).

Síntese contraditória de interesses antagônicos Bonaparte foi visto como o “outro” que realizaria a “nossa” política. Na prática as diversas classes e

frações citadas se viram representadas por alguém que, de fato, acabou por realizar os interesses do capital como um todo. Embora a vitória de Bonaparte só tenha sido possível pela ação do campesinato, do seu ódio e ressentimento contra o conjunto da sociedade, o que acabou por implementar-se foi o projeto burguês apesar do desprezo e desconfiança em relação àquele escroque que recusara a própria nacionalidade. Dá ainda para falar de determinismo? Demonstra-se a não existência de uma relação unívoca, no jogo político, entre a supremacia sobre os meios de produção e o controle das formas institucionais. Pode até ser útil para os primeiros que o “poder” seja visto como dos segundos. O que é decisivo não é quem “faz” a ação, mas qual a política que se implementa.

Marx demonstrou como as famosas “idéias napoleônicas” exerceram seu impacto. Luis Bonaparte aparecia diante da massa camponesa como o sucessor do tio; daquele que fizera a alteração agrária no período revolucionário. O escroque sem escrúpulos, aparecia como continuidade histórica do Napoleão, conquistador e libertador dos camponeses. O papel da ideologia como articuladora/produtora de projetos está explicitado. Bonaparte, o sobrinho, vai, junto às massas camponesas, o *lumpen* e parcelas urbanas, articulando seu exército particular: a Sociedade 10 de dezembro e com isso conquista sua autonomia relativa em relação às classes fundamentais. O apoio ativo dos camponeses, da burocracia civil e militar, da milícia privada foi dado à fórmula bonapartista. Tudo isto calçado no Estado centralizado, instrumento longamente preparado por formas muito diversificadas de exercício do poder na transição burguesa do feudalismo à sua modernidade. Estado que ganhou a aparência de autonomia em relação ao social justamente no momento em que ocorreu sua vinculação máxima.

A análise marxiana demonstrou à sociedade não haver guarida para uma concepção do Estado como puro “instrumento de classe” apenas “coercitivo”. Essa concepção reducionista que o stalinismo generalizou é, no mínimo, uma grosseira mistificação. A teoria do estado instrumento puro de coerção é apenas a prova do reducionismo voluntarista dominante tanto nas versões stalinistas da teoria, quanto em várias leituras social-democratas. O casamento desses dois determinismos – o economicista e o politicista – ao impedir a percepção das posições dos inimigos esteve e está na base de brutais derrotas. Ao “ignorar” que o Estado politiza e educa aos dominados (subordinadamente, é claro) essa leitura reducionista torna inexplicável boa parte das ações políticas dos subalternos<sup>15</sup>.

O Estado desligado (na aparência) de qualquer vinculação com as classes necessita e requer um funcionalismo público: “Compreende-se, de imediato,

---

15 Veja-se, por exemplo, a questão da cidadania. Sobre tudo isso ver o conjunto da obra de Gramsci e os citados Mordenti e Kohan.



que em um país como a França, onde o poder executivo dispõe de um exército de funcionários de mais de meio milhão de indivíduos e tem, portanto, continuamente dispõe de modo absoluto a uma imensa massa de interesses e exigências; onde o Estado cerca, fiscaliza, regulamenta, vigia e tutela a sociedade civil, desde suas manifestações de existência mais amplas até seus movimentos mais ínfimos, de seus modos de existência mais gerais até a vida privada dos indivíduos, onde este corpo parasita adquire, graças a mais extraordinária centralização, uma onipotência, uma onisciência, uma rápida capacidade de movimento e uma agilidade que não tem analogia senão no domínio, no estado de dependência e impotência e na incoerência disforme do corpo social. Compreende-se que, em um país semelhante a Assembléia Nacional perdendo o direito de dispor dos postos ministeriais, perdia igualmente toda a influencia real se, ao mesmo tempo, não simplificasse a administração do Estado, não reduzisse ao máximo possível o exército de funcionários e finalmente não permitisse à sociedade civil e à opinião publica criar seus próprios órgãos, independentes do poder governamental. Mas o *interesse material* da burguesia francesa está precisamente ligado de modo mais estreito à manutenção daquela grande e ramificada máquina estatal<sup>16</sup>. Ela coloca aqui a sua população supérflua e completa na forma de estipêndios estatais o que não pode embolsar na forma de lucros, juros, rendas e honorários. Por outro lado seu *interesse político* a obrigava a aumentar diariamente a repressão e, portanto, a ampliar os meios e o pessoal do poder governamental, enquanto, ao mesmo tempo, lhe era necessário conduzir uma guerra ininterrupta contra a opinião publica, mutilar e paralisar com desconfiança os órgãos autônomos da sociedade, aí onde não conseguia amputá-los por completo. Assim, a burguesia francesa por sua situação de classe, era obrigada, por um lado a aniquilar as condições de existência de todo poder parlamentar, incluindo, portanto o seu próprio, e, por outro, a tornar irresistível o poder executivo que lhe era hostil" (144-145)<sup>17</sup>.

Analiseemos a afirmação em detalhes. O poder que o governo, via executivo, tem sobre o conjunto dos seus trabalhadores (o funcionalismo) na medida em que lhes controla as possibilidades de existência, em grande medida, lhe permitem o domínio da sociedade através de funcionários que atuam na educação, na manutenção da ordem (da gendarmeria à magistratura), na

16 O que na prática é uma perspectiva universalista da burguesia que não dominaria nem sobreviveria facilmente sem o Estado embora, formalmente, o negue e amaldiçoe.

17 É absolutamente fantástica as aproximações entre as análises marxianas e a obra de Gramsci Encontramos nos dois lições de análise concreta de situações concretas, do que é o trabalho revolucionário do construir as determinações constitutivas das forças em presença, do fazer a política e da negação sectária de pensar o real pela simples obediência à modelos meta-históricos que caracterizaram tanto a produção do período estalinista e de sua prima a social-democracia revisionista. Infelizmente dado os limites deste texto isto não será aqui possível, Permanecerá, contudo, como programa de pesquisa.

circulação de notícias, etc. A liberdade da sociedade civil (entendida como local das necessidades, dos conflitos) tende a inexistir como expressão da sociedade, enquanto o poder executivo, esse "corpo" se centraliza e controla a sociedade. Insistamos com uma formulação anterior: poder parlamentar, desarmado/relação metafísica com a formação social em contrapartida ao poder executivo, armado, relação orgânica com aquela totalidade. Esta é uma peça fundamental na compreensão da crise de direção da burguesia: os representantes parlamentares se descolaram de suas bases e estas formularam na prática imediatista uma direção e um sentido que seus antigos representantes não compartilhavam visto estarem embebidos na pequena política dos organismos institucionais os quais já não representam mais a vontade orgânica das diversas frações burguesas.

O poder executivo e seu imenso arsenal de políticas e funcionários atuaram na segmentação dos subalternos, na busca frenética, ativa ou repressivamente, da captura da subjetividade destes. Tudo isso aliado, é óbvio, às contradições dos subalternos seja no plano da produção material, seja nos modos de vida freqüentemente contraditórias, por vezes antagônicos. Exemplar disto é o ódio dos camponeses contra as "cidades", identificadas estas às medidas que arruinaram a massa rural, bem como a recusa do pensamento livre, do agnosticismo religioso em permanente contraste com o mundo ideológico e material rural. Napoleão *le petit* que irá implementar o projeto capitalista é visto como o sucessor-continuador do Bonaparte que permitiu aos camponeses o acesso à terra. Importante para essa análise é o ódio dos botequineiros e da pequena-burguesia que quer a paz futura com as instituições do passado contra os artesãos e os socialistas em geral. Abriu-se, assim, o caminho para o que classicamente chamamos de bonapartismo.

Aqui fica evidente a fraqueza e a impotência do poder desarmado (o legislativo) que "perdendo o direito de dispor dos postos ministeriais, perdia igualmente toda a influencia real" (144). Sua forma de subtrair-se a esse domínio seria a simplificação da "administração do Estado, (...) (a redução) ao máximo possível (d) o exército de funcionários" (*idem*) e, concomitantemente, desse liberdade "à sociedade civil e à opinião pública (para) criar seus próprios órgãos, independentes do poder governamental" (145). Isto exigiria uma Reforma do Estado que tornasse possível a liberdade. Tarefa impossível visto que "o *interesse material* da burguesia francesa está precisamente ligado de modo muito estreito à manutenção daquela grande e ramificada máquina estatal" (*idem*). Essa burguesia ao colocar "sua população supérflua" e ao completar "na forma de estipêndios estatais o que não pode embolsar na forma de lucros, juros, rendas e honorários" (*idem*) não pode matar a galinha dos ovos de ouro<sup>18</sup>. Trata-se *avant la lettre* das chamadas

18 Ainda aqui valeria pena examinar a aproximação com o Americanismo e Fordismo, de Gramsci. Lá ele fala dos "pés de chumbo" das classes parasitárias e do peso das superestruturas feudais italianas.

políticas governamentais tão em moda hoje em dia. E, embora, como hoje, abominassem o Estado – sempre em nome da sua liberdade de classe – concluíam: ruim com a brutal centralização do Estado, pior sem ela.

Por outro lado “seu *interesse político* a obrigava a aumentar diariamente a repressão e, portanto, a ampliar os meios e o pessoal do poder do Estado, enquanto, ao mesmo tempo, lhe era necessário conduzir uma guerra ininterrupta contra a opinião pública, mutilar e paralisar com desconfiança os órgãos autônomos da sociedade, aí onde não conseguia amputá-los por completo” (*idem*). O que poderia, em uma visão impressionista, aparecer como obstáculo à burguesia era fundamental para o seu pleno exercício. Os interesses a curto, médio e longo prazo não coincidiam o que lhe obrigava como classe a sacrificar seus “ideais” para manter seus interesses. A ideologia e a política são os instrumentos, as ferramentas, dessa adequação necessária à vida e ao comando da burguesia sobre a sociedade.

#### A CENA: O MOVIMENTO DAS CLASSES E DAS FRAÇÕES

As diversas frações burguesas pareciam ignorar os movimentos daquele crápula ridículo. Não era um dos seus, tinham-lhe repugnância de classe. Estavam mais preocupadas com seu poder na prática, no cotidiano, independentemente do governante, e com a luta contra o seu verdadeiro inimigo: os subalternos e as forças proletárias em constituição. As frações e os interesses da burguesia, principalmente a dos republicanos burgueses, vão assumindo, na luta, formas novas. Quem é essa burguesia e quem são essas frações?

Os republicanos burgueses após terem “fundado uma república para a burguesia, desembaraço o terreno do proletariado revolucionário e reduzida momentaneamente a pequena burguesia democrática foram eles próprios postos à margem pela massa da burguesia, que com justa razão vê esta república como *sua propriedade*. Mas esta massa burguesa era *monarquista*. Uma parte dela, os grandes proprietários fundiários, tinha reinado sob a *Restauração* e era, portanto, *legitimista*. A outra parte, a aristocracia financeira dos grandes industriais, tinha dominado sob a monarquia de Julho, e era, por isso, *orleanista*. Os grandes dignitários do exército, da universidade, da Igreja, do foro, da academia e da imprensa se repartiam, ainda em que em proporção distinta, entre as duas correntes. Na república burguesa, que não ostentava nem o nome de *Bourbon* nem o de *Orleans*, mas o do *Capital*, eles tinham encontrado a forma de governo sob a qual podiam reinar *em comum*. A insurreição de Junho os unificara nas filas do ‘partido da ordem’. Agora era necessário, acima de tudo, de eliminar a camarilha dos republicanos burgueses que ainda ocupavam os assentos da Assembléia Nacional” (124).

Contrariamente aos deterministas que subordinam mecanicamente a política às determinações econômicas vemos a análise marxiana desenvolver-se no plano da atualização das lutas das diversas frações burguesas que se organizam, apesar das diferenças, como frente anti-revolucionária. Contra essa frente se constitui “uma coalizão de pequenos burgueses e operários, o chamado partido *social democrata*. Os pequenos burgueses viam-se mal recompensados depois das jornadas de Junho de 1848; os seus interesses materiais estavam ameaçados e as garantias democráticas que deveriam assegurar-lhes a possibilidade de fazer valer estes interesses, eram questionados pela contra-revolução. Aproximaram-se, portanto, dos trabalhadores. Por outro lado, sua representação parlamentar, a Montanha, colocada à margem durante a ditadura dos republicanos burgueses, durante a segunda metade da vida da Constituinte, havia reconquistado sua popularidade graças à sua luta contra Bonaparte e os ministros monarquistas, durante a última metade da vida da Constituinte. Concluíra uma aliança com os chefes socialistas” (136).

Essa unidade “na ação” se faz pela construção de um programa, comitês eleitorais e candidatos comuns. Isto é feito, ainda uma vez, pelo sacrifício dos subalternos: “limaram-se as pontas revolucionárias das reivindicações sociais do proletariado e lhes deram uma aparência democrática; as pretensões democráticas da pequena burguesia perderam a forma meramente política e afixou-se sua ponta socialista. Assim foi criada a *social democracia*. A nova Montanha, que foi o resultado desta combinação, compreendia à parte alguns figurantes saídos da classe operária e de alguns das seitas socialistas, os mesmos elementos da antiga Montanha, só que numericamente mais fortes. Ela tinha se modificado no transcurso do seu desenvolvimento, do mesmo modo que as classes que representava” (136-137).

A meta da direção social democrata era conservadora: buscava construir uma “harmonia”, uma “paz social” que era fundamentalmente o desarme das forças proletárias e o fortalecimento do *status quo*. “O caráter próprio da social democracia se resumia no fato de exigir instituições democrático-republicanas não como meio, para abolir os dois extremos, capital e trabalho assalariado, mas como meio para atenuar-lhes o antagonismo e transformá-los em harmonia. Qualquer que fosse a diversidade das medidas que se possa propor para atingir esta meta, ainda que se possa adornar com representações mais ou menos revolucionárias das concepções o conteúdo permanece o mesmo. Este conteúdo é a transformação da sociedade pela via democrática, uma transformação dentro dos quadros pequeno-burgueses. Não se devem representar as coisas de modo restrito como se a pequena burguesia tentasse defender um interesse egoísta de classe. Ela acredita, pelo contrário, que as condições *particulares* de sua liberação são as condições *gerais* fora das quais a sociedade moderna não pode ser salva e a luta de classes evitada. Tampouco deve acreditar-se que os representantes da pequena burguesia sejam todos

botequineiros ou dos que se entusiasmam com eles. Podem, por sua cultura e sua situação pessoal, estar separados deles tanto quanto o céu está longe da terra. O que os faz representantes da pequena burguesia, é o fato de que sua inteligência não vai além dos limites que o próprio pequeno-burguês não ultrapassa em sua vida; e que por isso tendem, no campo da teoria, às mesmas tarefas e às mesmas soluções aos quais o interesse material e a situação social empurram os pequeno-burgueses na prática. Tal é, em geral, a relação que existe entre os *representantes políticos e literários* de uma classe e a classe que eles representam" (135).

Guardemos duas observações fundamentais: a) "O caráter próprio da social democracia se resumia no fato de exigir instituições democrático-republicanas não como meio, para abolir os dois extremos, capital e trabalho assalariado, mas como meio para atenuar-lhes o antagonismo e transformá-los em harmonia" (*idem*). e b) Ela acredita, pelo contrário, que as condições *particulares* de sua liberação são as condições *gerais* fora das quais a sociedade moderna não pode ser salva e a luta de classes evitada" (*idem*). Além disso convém estar atento à formulação marxiana sobre a " relação que existe entre os *representantes políticos e literários* de uma classe e a classe que eles representam" (*idem*). Ela é muito significativa não apenas por seu claro antideterminismo, mas por salientar as questões das ideologias e dos intelectuais, isto é, das direções das classes.

Tudo isto no marco da submissão das forças do trabalho ao estreito funil das concessões dos seus aliados *montagnards*. Essas observações revelam-se, ainda hoje, como um traço distintivo desta forma de fazer política, de seu alcance e limites. Ganha importância a compreensão da distinção entre direção e bases de uma classe social. Do ponto de vista dos interesses materiais o conjunto da burguesia acabou por opor-se, às lutas parlamentares levadas a efeito pelos seus representantes. A cisão entre representantes e representados é a própria crise de direção.

A movimentação da social democracia *montagnard* se dá no interior da Ordem. Ela não apenas adora, mas, também, se submete de corpo e alma, às ideologias e palavras vazias como república, direitos do homem, como se estas expressassem não apenas um programa de intervenção, mas, também, a possibilidade de transformação da ordem. Isso coloca para as frações burguesas (unidas "na ação" sob a bandeira do Partido da Ordem) a compreensão de que era necessário acabar "com os pequeno-burgueses democratas, como um ano antes tinha compreendido a necessidade de acabar com o proletariado revolucionário. Mas a situação do adversário era diferente. A força do partido proletário estava na rua, a dos pequeno-burgueses na própria Assembléia Nacional. Tratava-se, pois, de atraí-los da Assembléia Nacional para a rua e fazer que eles mesmos quebrassem sua força parlamentar antes que tivessem o tempo e a ocasião para consolidá-la" (135-136). Se

antes necessitam deles, agora eram um estorvo, um peso do qual teriam que se desvencilhar.

A Montanha caiu na armadilha ao declarar Bonaparte e seus ministros fora da Constituição; mobiliza uma passeata dos guardas nacionais democráticos. Estes, contudo, ao se manifestar pacífica e desarmadamente debandaram ao ter que enfrentar as tropas de Changarnier. A “grande” resposta da Montanha foi largamente reprimida. Uma parte dela “fugiu para o exterior, uma outra foi entregue ao Tribunal Superior de Bourges, e um regulamento parlamentar submeteu o resto à vigilância pedantesca do presidente da Assembléia Nacional. Paris foi novamente colocada sob estado de sítio e a fração democrática de sua guarda nacional dissolvida. Assim foram quebradas a influência da Montanha no parlamento e a força dos pequeno-burgueses em Paris” (59). O sonho de representar as forças vivas da nação se revelou... um pesadelo mortal.

Marx examinou o descompasso entre as classes e seus representantes e como a ausência de uma direção própria, orgânica, do exército proletário, acabou levando o nascente proletariado a submeter-se à direção de outra classe que se expressava em uma forma social-democrata. Faz-se necessário, é óbvio, uma precisão. Os representantes parlamentares da pequena burguesia acreditaram demais no peso das suas vitórias eleitorais e privilegiaram esse modo de fazer política. As diversas frações do Partido da Ordem jogaram todo o seu peso na passagem desses setores para a ilegalidade.

As formas do procedimento social democrata revelaram – no Parlamento e nos enfrentamentos de rua – sua arrogância, despreparo e auto-ilusão e isto conduziu à sua autodestruição. Ao invés da demonstração de força veio a brutal derrota: “A imprensa desertou, e apenas dois periódicos ousaram publicar o *pronunciamiento*<sup>19</sup>. Os pequenos burgueses traíram seus representantes por que os guardas nacionais ficaram em casa e onde apareceram impediram a construção de barricadas. Os representantes haviam enganado aos pequeno-burgueses, dado que foi impossível encontrar em qualquer lugar os presumidos filiados que tinham no exército. *Finalmente, em vez de dar novas forças ao proletariado, o partido democrático tinha transmitido ao proletariado sua própria debilidade e, como acostuma acontecer com as grandes ações democráticas, os chefes tiveram a satisfação de poder acusar a seu ‘povo’ de deserção, e o povo de poder acusar a seus chefes de tê-los enganado.* Raramente uma ação se havia anunciado com mais estrépito que a campanha iminente da Montanha e raramente se havia trombeteado um acontecimento com mais segurança nem com mais antecipação que a vitória inevitável da democracia. (...) Se a Montanha queria vencer no

19 Em espanhol no original. O *pronunciamiento* foi publicado pelo jornal fourrierista *La Démocratie pacifique* e por *La Réforme* de Ledru-Rollin.

parlamento, não devia apelar para as armas. E se apelava para estas no Parlamento, não devia comportar-se de modo parlamentar na rua. Se se pensava seriamente em uma manifestação pacífica era estúpido não prever que ela seria recebida belicosamente. (...) Mas as ameaças revolucionárias dos pequenos burgueses e de seus representantes democráticos são simples tentativas para intimidar o adversário. E quando eles estão acuados, quando se comprometeram demasiadamente para se verem obrigados a executar suas ameaças, eles o fazem de um modo equívoco, evitando, sobretudo, os meios adequados à meta e buscam avidamente todos os pretextos da derrota” (137)<sup>20</sup>.

A social democracia, após a ação decidida do Executivo e as sucessivas derrotas no Parlamento e discentes na sua força abandonou-o e atraiu os trabalhadores para as manifestações de rua, sem compreender que aí não podia se comportar parlamentarmente. A metáfora marxiana é brilhante: a social democracia imaginava, bíblicamente, que o toque das suas trombetas derrubaria os “muros de Jericó” (137) da burguesia. Pobre ilusão, imenso custo para as forças dos trabalhadores.

O proletariado resiste ao canto de sereia<sup>21</sup>, A declaração de violação constitucional, feita pelo escrque, não o emociona: “as lembranças do mês de junho de 1848 estavam ainda muito frescas para que o proletariado não sentisse uma profunda aversão contra a guarda nacional, e para que os chefes das sociedades secretas não tivessem uma profunda desconfiança em relação aos chefes democráticos. Para aplinar essas diferenças, eram necessários grandes interesses em comum que estivessem em jogo. A violação de um artigo constitucional abstrato não podia oferecer tal interesse” (138).

Os trabalhadores enfrentam não apenas os seus inimigos clássicos, mas, também, a arrogância dos democratas. Estes “como representa(m) a pequena burguesia, uma *classe intermediária*, no seio da qual os interesses das duas classes se embotam, imagina(m)-se superiores ao antagonismo de classes. Os democratas reconhecem que têm diante de si uma classe privilegiada, mas eles com todo o resto da nação que lhes circundam, constituem o povo. O que eles representam é o *direito do povo*; o que lhes interessa é o *interesse do povo*. Eles não necessitam examinar, antes de entrar na luta, os interesses e as posições das diferentes classes. Não necessitam ponderar muito agudamente seus próprios meios. Não tem senão que dar o sinal, para que o *povo* caia, com todos os seus recursos inesgotáveis, sobre os *opressores*. Se depois, no ato prático, os seus interesses não interessam e sua força se revela

---

20 Grifo meu.

21 Metáfora extraordinária. Pensamos no canto das sereias apenas como conjunto de ilusões, mas nunca no choque contra os escolhos. Ulisses e seus companheiros tapavam os ouvidos para não se iludir e cair nas armadilhas.

impotência, a culpa está ou com os sofistas criminosos, que dividem o *povo indivisível* em vários campos inimigos, ou com o exército demasiado embrutecido e cego para ver que os fins puros da democracia são o próprio bem, ou, enfim, surgiu um imprevisto que fez perder-se o jogo desta vez. *Em todo caso, o democrata sai sempre da derrota mais grave sem nenhuma culpa como quanto entrou nela, com a convicção renovada de que ele deve necessariamente vencer, não de que ele mesmo e seu partido tenham que abandonar o velho ponto de vista, mas que, pelo contrário, as condições que amadurecendo devem vir ao seu encontro*<sup>22</sup> (138).

As condições objetivas estavam dadas, faltavam as subjetivas. Quantas vezes não ouvimos isso, quantas vezes não ouviremos ainda. Esperemos, então, paciente e metodicamente, que as condições subjetivas se moldem às objetivas, fortes no seu credo messiânico. Aqui está colocado claramente o processo da crise da direção. A orientação estava correta, mas as bases...

#### CRISE E REAÇÃO: "LA LÉGALITÉ NOUS TUE"<sup>23</sup>

Com a derrota dos pequeno-burgueses e das classes trabalhadoras "o partido da ordem não tinha apenas abatido a Montanha, mas tinha realizado a *subordinação da Constituição às decisões da maioria da Assembléia Nacional*. Ele entendia a república deste modo: a burguesia governava nas suas formas parlamentares, sem encontrar um limite ao seu domínio, como sob a monarquia, ou no veto do Poder executivo ou na possibilidade de que o Parlamento fosse dissolvido. Isto era a *República Parlamentar*, como Thiers a chamava" (139).

Mas a direção burguesa ignorava as contradições decorrentes do seu ato. Para destruir o adversário proletário, ela abre mão dos direitos que a protegeriam: "se a burguesia tinha assegurado em 13 de junho sua própria onipotência no interior do edifício parlamentar, não tinha golpeado o Parlamento com debilidade incurável aos olhos do poder executivo e do povo, ao expulsar sua fração mais popular? Ao abandonar numerosos deputados, sem qualquer cerimônia, às exigências das autoridades judiciárias ela tinha suprimido a própria imunidade parlamentar. O regulamento humilhante ao qual ela submeteu a Montanha elevava o presidente da república na mesma medida em que rebaixava o de cada um dos representantes do povo. Ao estigmatizar a insurreição, em defesa do regime constitucional, como anarquia e subversão, a burguesia se interditava o caminho do apelo à insurreição, no

22 O último grifo é nosso

23 Camille-Hyacinthe-Odilon Barrot, chefe da oposição liberal durante a monarquia de julho e ministro por um bloco monárquico-conservador de dezembro de 1848 a outubro de 1849. Citado por Marx in *Las luchas de clases en Francia de 1848 a 1850, Obras Escogidas*, Ediciones en Lenguas Extranjeras, Moscou, 1951, pp. 120 e 164.



caso de violação da Constituição pelo Poder executivo contra ela” (139-140). Ao permitir o julgamento dos parlamentares subordinaram o próprio Parlamento. Para afirmar o seu poder eles acabaram por colocar em risco sua própria defesa.

A agitação social redefiniu o papel das classes e das forças sociais. “Os camponeses, desiludidos em todas suas esperanças, esmagados mais do que nunca, por um lado pelos baixos preços dos cereais e por outro pelo crescimento da carga de impostos e da dívida hipotecária, começaram a agitar-se nos departamentos. Respondeu-se a eles caçando os professores que foram submetidos aos padres, caçando os prefeitos que foram submetidos aos chefes de polícia, e instaurando um sistema de espionagem ao qual todos foram submetidos. Em Paris e nas grandes cidades, a reação assumia a fisionomia da sua época e provoca mais do que abate. No campo ela se faz grosseira, vulgar, mesquinha, fatigante, vexatória; em uma palavra torna-se gendarme. Compreende-se como três anos de tal regime de gendarmes, abençoado pelo regime dos padres, devesse desmoralizar as massas imaturas” (146-147).

As leis complementares da Constituição exerceram um papel fundamental: “Com a lei sobre a instrução ensino tentava-se manter nas massas o velho estado de espírito (...). Fica-se surpreso de ver os orleanistas, os burgueses liberais, estes velhos apóstolos do voltairianismo e da filosofia eclética, confiar a direção do espírito francês a seus inimigos hereditários, os jesuítas. Mas se orleanistas e legitimistas, que podiam combater-se no que se referia ao pretendente ao trono, compreendiam que seu domínio comum impunha a unificação dos meios de opressão de duas épocas, que era necessário que os meios de subjugamento da monarquia de Julho fossem completados e reforçados com os da Restauração” (146).

A burguesia abandonou seus preconceitos de livre-pensamento e adotou os métodos e os mestres clericais de educação como forma de manter a “paz social”. Ficou demonstrada a importância da ação desses intelectuais. Para o domínio da classe valeu mais o empirismo prático, o oportunismo vulgar, do que a coerência à princípios que, levados às últimas consequências, poderiam destruí-la. Perdeu-se a aparência (a forma institucional), fortaleceu-se o poder real da classe, suas práticas e projetos. No choque dos interesses do curto, médio e longo prazo, a burguesia elegeu o empirismo, o curto prazo, certos da vitória no longo prazo. A reforma da educação nada mais era do que o mecanismo essencial daquela permanência ideológica.

A crise instaurada pela repressão burguesa acaba por mostrar os limites da sua própria ação: “Quer se trate do direito de petição ou do imposto sobre o vinho, da liberdade de imprensa ou do livre comércio, dos clubes ou da Constituição municipal, da defesa da liberdade pessoal ou da regulamentação do orçamento, a palavra de ordem era sempre a mesma, o tema permanece o mesmo, a sentença pronta e era invariavelmente a mesma:

'*Socialismo!*'. Declara-se socialista até mesmo o liberalismo burguês, socialista a ilustração, socialista a reforma financeira burguesa. Era socialista construir uma estrada de ferro onde já havia um canal e socialista defender-se com um bastão quando se era atacado com a espada" (147). A liberdade era subversiva face à dominação burguesa. O que fora sua proposta original era agora crise e subversão. "A burguesia via justamente que todas as armas forjadas por ela contra o feudalismo se voltavam contra a própria civilização, de que todos os meios de cultura que tinha forjado se voltavam contra sua própria cultura, de que todos os deuses que tinha criado a abandonavam<sup>24</sup>. Compreendia que todas as chamadas liberdades burguesas e as instituições progressivas atacavam e ameaçavam, tanto na sua base social, quanto cúpula política a sua dominação de classe; isto é, tinham se tornado *socialistas*" (*idem*).

Os limites da sua ação e as conseqüências da sua dominação política em geral e de seu "*próprio regime parlamentar* e em geral o seu *domínio político*" (*idem*) poderia "tomar essa postura perigosa que transforma toda luta contra o poder do Estado em uma luta contra o capital. Se em todo movimento da sociedade a burguesia via a 'ordem' em perigo, como poderia querer defender, no comando da sociedade o *regime da desordem*, seu próprio regime, o *regime parlamentar*, este regime que segundo a expressão de um dos seus oradores, vive na luta e para a luta? (...) O regime parlamentar deixa tudo à decisão das maiorias; como, pois, as grandes massas não deveriam querer elas também decidir de fora do parlamento?" (148).

Este era o X do problema. A chamada forma política democrática não poderia ser exercida sem que isto potenciase o movimento dos seus adversários. Fazia-se necessário, portanto, sacrificar a forma para manter o conteúdo, a letra para salvar o espírito!

A maioria, ainda que burguesa, podia colocar em risco aqueles que efetivamente comandavam a classe. A possibilidade de centralização, via golpe de Estado, estava colocada na conjuntura. Dividida em frações (que apareciam sob o manto diáfano dos grandes princípios dinásticos, para ocultar as misérias da sua diferenciação enquanto forma específica do capital), abandonou suas representações parlamentares. Estas, movidas pela autonomia relativa a elas conferida pelo jogo político e pela cessão de direitos práticos das distintas frações queriam levar ao máximo as tensões e as lutas contra o Executivo. E o faziam de forma independente e contrária aos próprios interesses, gerais e mediatos, da classe. Esta sabia que necessitava de uma paz relativa, no interior do processo de crise.

A luta parlamentar do Partido da Ordem contra Bonaparte irritou a burguesia. "A aristocracia financeira condenava antão a luta parlamentar conduzida pelo partido da Ordem contra o poder executivo como *coisa que*

24 Tese já presente no *Manifesto do Partido Comunista*.

*perturbava a ordem* e festejava todos os triunfos do presidente sobre os seus chamados representantes como *vitória da Ordem*. Por aristocracia financeira há que se entender aqui não apenas os grandes empresários dos empréstimos e os especuladores dos papéis do Estado, cujo interesse facilmente se compreende que coincida com o interesse do Poder do Estados. Todos os negócios, toda a economia bancária, estão conectados de modo íntimo ao crédito público. Uma parte de seu capital comercial está necessariamente investido em valores do Estado rapidamente conversíveis. Os seus depósitos, o capital posto à disposição e por eles repartido entre os comerciantes e industriais, provêm em parte dos dividendos dos rentistas do Estado (...). Também à *burguesia industrial*, em seu fanatismo pela Ordem estava descontente com as querelas entre o partido parlamentar da Ordem e o Poder executivo. (...) as provocações fanfarronescas, as intrigas mesquinhas por meio das quais se manifesta a luta do partido da ordem contra o Presidente não mereciam melhor acolhida, é verdade que parte deste partido burguês, que exigia de seus representantes que deixassem passar sem resistência o poder militar das mãos do seu próprio parlamento para as de um pretendente aventureiro, não era sequer merecedor das intrigas gastas em seu interesse. Isto fazia compreender que a luta por defender seus *interesses públicos*, dos seus *interesses de classe*, do seu *poder político*, enquanto perturbava os seus negócios privados, os molestava e dava fastio" (179).

A crise de direção assume a forma de uma crise parlamentar. Não apenas os representantes se separavam dos representados, estes os negavam. A luta ideológica *ultramontana* colocava em perigo aquilo que parecia ser um período de relativa paz e prosperidade. Na realidade o que estava em jogo era a estabilidade necessária à ordem burguesa muito mais do que o descompasso entre representantes e representados da própria burguesia. Quando esta desautorizou seus representantes, vencidos os social democratas e os trabalhadores, organizado o *lumpen* na sociedade 10 de dezembro (como milícia pessoal, presidencial), estavam dadas as condições do golpe de estado.

O ditador como salvador da pátria e a legalidade refundada e obediente à vontade dos dominantes eram necessidades vitais para os dominantes. Aqui e agora estava construído o caminho da construção da identidade da classe burguesa e aplainado o terreno das contradições que tanto a vinham atrapalhando. Não que estas tivessem desaparecido, tivessem sido eliminadas de vez, mas, porque ao eliminar o jogo parlamentar, as contradições públicas e notórias eram deslocadas para os segredos palacianos. Garantia-se a composição desses interesses: conchavos facilitados, dominação consolidada. Para termos uma clara idéia do processo pode-se verificar que a moderna indústria francesa (e a constituição do moderno proletariado daí decorrente) se faz nesse período. Quando se dá a exposição comercial e industrial de

Paris, em 1870, apogeu do *petit Napoleon*, já estamos diante do proletariado na sua forma contemporânea<sup>25</sup>. Contradições novas, distintas, se colocam.

O campesinato teve um papel decisivo no golpe de estado que consolidou a dominação burguesa e reprimiu de modo brutal as forças proletárias. “Como os Bourbons tinham sido a dinastia da grande propriedade fundiária, como os Orléans foram a dinastia do dinheiro, assim os Bonapartes são a dinastia dos camponeses, isto é, da massa do povo francês. E o eleito dos camponeses não é o Bonaparte que se submeteu ao parlamento burguês, mas é o Bonaparte que dispersou esse parlamento” (195).

Marx mostra a natureza desses camponeses tão decisivos no golpe: “Os camponeses parcelares constituem uma massa enorme, cujos membros vivem na mesma situação, mas sem estar unidos uns aos outros por relações múltiplas. Seu modo de produção os isola uns aos outros, em vez de estabelecer relações recíprocas entre si. Este isolamento ainda é agravado pelo mal estado dos meios de comunicação da França e pela pobreza dos camponeses. Seu campo de produção, a pequena parcela de terreno, não permite nenhuma divisão de trabalho, nenhuma utilização dos métodos científicos; portanto nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talentos, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada família camponesa se basta, quase completamente, a si mesma, produz diretamente ela própria a maior parte do que consome e ganha assim seus materiais de subsistência mais por uma troca com a natureza do que do comércio com a sociedade. (...) Assim a grande massa da nação francesa é constituída pela simples soma de unidades de grandezas idênticas” (*idem*).

A situação objetiva dos camponeses demonstra sua complexa definição como classe. “Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem sob condições econômicas tais que as separam umas das outras e por seu modo de vida, seus interesses e sua cultura, daquelas de outras classes elas constituem uma classe. Mas não a constituem na medida em que existe entre os camponeses parcelares apenas uma ligação local e a identidade de seus interesses não cria entre eles uma comunidade, uma união política em escala nacional, uma organização política. São então incapazes de defender seu interesse em seu próprio nome, seja por um Parlamento, seja por uma Convenção. Não podem representar a si mesmos, devem ser representados. Seu representante deve aparecer ao mesmo tempo como seu senhor, como uma autoridade superior, como um poder governamental ilimitado que os defenda das outras classes e lhes envie de cima o sol e a chuva. A influência política do camponês parcelar encontra, conseqüentemente, sua expressão

---

25 Se os proudhomianos ainda eram fortes (ver a Comuna de Paris), nesse processo sua influência tendeu a diminuir.

última no fato de que Poder executivo subordine a si a sociedade" (195-196)<sup>26</sup>.

Insisto aqui na questão da ausência do determinismo. Basta ver os elementos que para Marx constituem ou dificultam a constituição dos camponeses como classe. Entre eles está a cultura, o modo de vida, etc. Obviamente estão presentes as relações sociais de produção, mas estas atuam no campo, complexo e sobredeterminado, das formações sociais e de suas historicidades não são, como querem os deterministas, o elemento explicativo único.

Luis Bonaparte é o "representante" do campesinato conservador. Ele atuou, na prática, como sua direção. O que não significou identificação entre classe e direção. "Sob a república parlamentar, a consciência moderna dos camponeses franceses se chocou contra sua consciência tradicional. O processo se desenvolveu sob a forma de uma luta contínua entre os professores e os padres. A burguesia abateu aos professores. Pela primeira vez os camponeses se esforçaram por manter uma posição independente em relação às ações do governo. Esta oposição apareceu nos contínuos conflitos entre os prefeitos e os chefes de polícia. A burguesia destituiu os prefeitos. Finalmente, os camponeses de distintas localidades se levantaram durante o período da República parlamentar contra seu próprio progenitor, o exército. A burguesia os puniu com estados de sítio e execuções. E agora esta mesma burguesia clama contra a estupidez das massas, da *vile multitude*<sup>27</sup> que a traiu a favor de Bonaparte. Mas foi ela mesmo quem reforçou, com suas violências, as simpatias da classe camponesa pelo Império, e conservou as condições que deram origem à essa religião dos camponeses. *A burguesia tem, necessariamente, que temer a estupidez das massas, enquanto continuam sendo conservadoras, e sua inteligência quando se fazem revolucionárias*" (107. Grifo nosso).

O proletário, depois de muitas lutas, se recusou a seguir a direção social democrata que após cada derrota refluía deixando cair sobre o seu aliado o grosso da repressão. A subordinação deste àquelas direções sinalizou os motivos da sua derrota no interior da derrota social-democrata. Ele não abandonou sua direção, apenas se autonomizou da direção de outra classe.

Marx demonstrou como foi necessário às frações burguesas (agrária e financeira) abdicarem de suas ideologias particularistas, de corte monarquista, que as levavam a um choque fratricida, para poder *governar sob a forma republicana, como capital em geral, isto é, como classe*. E como tiveram que modificar novamente suas concepções para governar sob a forma imperial-

26 É interessante ler o texto "Da natureza dos franceses" de Maquiavel, da primeira década do século XVI, onde a caracterização dos camponeses apresenta similaridades com a análise de Marx.

27 Em francês no original.

ditatorial, libertando-se do campo parlamentar onde as contradições inter e intraclássicas se manifestavam abertamente para governar no conforto e na obscuridade dos gabinetes ministeriais. A síntese da situação para os burgueses era: “A legalidade nos mata”<sup>28</sup>.

Em todo esse processo vemos recorrentemente a questão do papel da direção, dos intelectuais e sua intervenção na luta. Decapitar a direção dos antagonistas é uma das tarefas centrais desse processo (via ação militar, repressão cultural, ou substituição de linhas educacionais). Decapitar as direções, seccionar estes intelectuais de suas classes, não é apenas uma forma de manutenção do poder, mas, e, sobretudo, criar uma crise de direção... nos antagonistas, já de por si tão limitados pelos condicionamentos gerais do poder em todas as suas formas.

A chave do poder burguês é o peso da máquina estatal. Com ele o moderno Estado francês adquire suas formas mais acabadas. Para tal foi necessário incorporar os antigos dominantes na nova forma estatal, modificar a ideologia de forma regressiva, reacionária, e, mesmo sua institucionalidade: O “Poder executivo, com sua enorme organização burocrática e militar, com seu mecanismo estatal complexo e artificial, seu exército de funcionários de meio milhão, junto a um exército de outro meio milhão de soldados, este espantoso corpo parasitário, que recobre como um invólucro o corpo da sociedade francesa e lhe obstrui todos os poros, se constituiu na época da monarquia absoluta, no declínio do sistema feudal, cuja queda ajudou a tornar mais rápida. Os privilégios senhoriais dos proprietários fundiários e das cidades se transformaram em outros tantos atributos do poder do Estado, os dignitários feudais em funcionários estipendiados e esse confuso mapa das soberanias medievais contraditórias torna-se o plano bem regulado de um Poder do Estado cujo trabalho está *dividido e centralizado como em uma fábrica*”<sup>29</sup>. A primeira revolução francesa, que se colocou a tarefa de despedaçar todos os poderes independentes, locais, territoriais, citadinos e provinciais, para criar a unidade burguesa da nação, deveu necessariamente desenvolver o que a monarquia absoluta tinha começado: a centralização; mas ao mesmo tempo ampliou a extensão, os atributos e os instrumentos do Poder governamental. Napoleão levou à perfeição este mecanismo do Estado. A monarquia legitimista e a monarquia de Julho não acrescentaram nada mais que uma maior divisão do trabalho que se desenvolvia na mesma medida que a divisão do trabalho dentro da sociedade burguesa criava novos grupos de interesses, e, portanto, novo material para a administração do Estado” (193-194).

---

28 Ver nota 22.

29 Iremos encontrar essa articulação “Estado – fábrica” nas análises gramscianas do período ordinovista. Grifo nosso.

O processo de atomização/seccionamento das diversas forças sociais foi decisivo na consolidação dessa máquina brutal que para garantir o domínio de classe devorava parcelas imensas do mais-valor socialmente produzido revelando seu caráter parasitário: “Cada interesse *comum* foi imediatamente separado da sociedade, opostos à ela a título de interesse *geral*, superior, subtraído à iniciativa dos indivíduos da sociedade, transformada em objeto da atividade do governo, desde as pontes, os edifícios escolares e os bens comunais da menor das vilas, até as estradas de ferro, o patrimônio nacional e a Universidade nacional da França. A república parlamentar, enfim, na sua luta contra a revolução, viu-se obrigada a fortalecer, junto com as medidas repressivas, os meios de ação e a centralização do Poder do Estado. Todas as revoluções políticas não fizeram senão aperfeiçoar esta máquina, ao invés de destruí-la. Os partidos que lutaram alternadamente pelo poder consideravam a posse deste imenso edifício do Estado como o principal botim do vencedor” (194).

O domínio passa pela burocracia civil e militar, por uma burocracia sem qualquer independência; pelo fato de que milhões dependem direta ou indiretamente do Estado; pela atomização das massas privadas, por variados motivos, de direção. Marx reiteradamente chama a atenção para este “espantoso corpo parasitário, que recobre como um invólucro o corpo da sociedade francesa e lhe obstrui todos os poros” (193) que veio se constituindo já desde a monarquia absoluta. Mostra como toda a estruturação deste estado “autônomo” em relação às classes são uma releitura e readequação de formas anteriores (com conteúdo novo). Os funcionários dão eficácia, cotidiana e invisível, a este estado. São os intelectuais do poder burguês absolutamente necessário à uma reforma/ reestruturação do Estado sem a qual não era possível superar contradições parciais entre as frações do capital e estabelecer a ordem da sua classe. Marx vai mais longe e afirma que existe um “plano bem regulado de um Poder do Estado cujo trabalho está *dividido e centralizado como em uma fábrica*” (194).

O resultado das lutas de classe foi um equilíbrio instável e perigoso de forças, que gerou as condições para o golpe de Estado de Bonaparte, *le petit*. Se a massa militar desse processo foi o *lumpen*, a massa dos interesses foi dada pelos camponeses, contra o conjunto da nação (burguesia, proletariado, classe média) o sentido e a direção foi de molde a triunfar e dar racionalidade à Ordem do Capital.

Artigo recebido em 24/03/2008

Artigo aceito em 13/06/2008